

#### **4. Contratos de comodato com Juntas de Freguesia.**

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal, as minutas dos Contratos de Comodato, que constam do processo, ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebrar com as seguintes Juntas de Freguesia:

- a) Contrato Comodato entre a Junta de Freguesia de Adaúfe;
- b) Contrato Comodato entre a União de Freguesias Crespos e Pousada;
- c) Contrato Comodato com a União de Freguesias de Este São Pedro e São Mamede;
- d) Contrato Comodato com a União de Freguesias de Vilaça e Fradelos;
- e) Contrato Comodato com a União de Freguesias de Fraião, Nogueira e Lamações;
- f) Contrato Comodato com a União de Freguesias de Lomar e Arcos;
- g) Contrato Comodato com a União de Freguesias de Lomar e Arcos;
- h) Contrato Comodato com a Junta de Freguesia de Pedralva;
- i) Contrato Comodato com a Junta de Freguesia de Real, Dume e Semelhe;
- j) Contrato Comodato com a União de Freguesias S. José de Lázaro e S. João do Souto.

**Assunto: Minutas de Contratos de Comodato a celebrar entre as Juntas de Freguesia e o Município de Braga relativamente a edifícios escolares**

**PROPOSTA: Propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alíneas i) e j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove e submeta à consideração da Assembleia Municipal a aprovação das minutas dos Contratos de Comodato constantes dos documentos anexos**

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, e a transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no n.º 1 do artigo 6.º da Constituição da República Portuguesa.

Considerando que “o exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação é uma realidade com mais de três décadas e um dos fatores decisivos na melhoria da escola pública, nomeadamente na promoção do sucesso escolar e na subida constante da taxa de escolarização ao longo desse período de tempo”.

Considerando que “as autarquias locais foram essenciais na expansão da rede nacional da educação pré-escolar, na construção de centros escolares dotados das valências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na organização dos transportes escolares e na implementação da escola a tempo inteiro, respostas que concorrem decididamente para o cumprimento da garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”.

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios e das freguesias, em articulação, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 7.º e do artigo 23.º, do Regime Jurídico

das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que, no concelho de Braga, existem várias situações em que a propriedade dos edifícios escolares é das Juntas de freguesia e torna-se necessário assegurar os mecanismos legais que permitam realizar as intervenções de conservação e manutenção;

Considerando o interesse público subjacente à celebração dos presentes contratos, alcançado através do desenvolvimento da atividade educativa, nomeadamente da educação pré-escolar e do ensino básico, contribuindo, assim, para uma resposta às infraestruturas de apoio educativo do concelho de Braga;

Considerando ainda que a celebração dos presentes contratos visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto dos respetivos contratos concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios.

**Propõe-se, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove as minutas dos Contratos de Comodato constantes dos documentos anexos, a saber:**

<b>Contrato Comodato</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Descrição</b>
Contrato Comodato entre a Junta de Freguesia de Adaúfe e o Município de Braga	Junta Freguesia de Adaúfe	Edifício Jardim de infância de Adaúfe
Contrato Comodato entre a União de Freguesias Crespos e Pousada e o Município de Braga	União de Freguesias de Crespos e Pousada	Edifício Jardim de infância Crespos
Contrato Comodato com a União de Freguesias de Este São Pedro e São Mamede	União de Freguesias de este São Pedro e São Mamede	Edifício Jardim de infância S. Mamede
Contrato Comodato com a União de Freguesias de Vilaça e Fradelos	União de Freguesias Vilaça e Fradelos	Edifício de Jardim de infância Fradelos
Contrato Comodato com a União de Freguesias de Fraião, Nogueira, Lamações	União de Freguesias Fraião, Nogueira, Lamações	Edifício de Jardim de infância Lamações
Contrato Comodato com a União de Freguesias de Lomar e Arcos	União de Freguesias Lomar e Arcos	Edifício Jardim de Infância e EB 1 Arcos
Contrato Comodato com a União de Freguesias de Lomar e Arcos	União de Freguesias Lomar e Arcos	Edifício Jardim Infância Lomar
Contrato Comodato com a Junta de Freguesia de Pedralva	Junta de Freguesia de Pedralva	Edifício Jardim infância Pedralva
Contrato Comodato com a Junta de Freguesia de Real, Dume e Semelhe	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe	Edifício Jardim de infância Dume
Contrato Comodato com a União de Freguesias S. José de São João do Souto	União de Freguesias S. José de São Lázaro	Edifício EB 1 S. João Souto